

As mudanças no modo de vida dos usuários transplantados de medula óssea: desafio das políticas públicas para o atendimento das necessidades dos usuários do CEMO - INCA

Autores: Priscilla Bezerra da Silva dos Santos Maia¹, Me. Monica da Silva Ferrarez²

1- Residente da Turma de 2015 da Residência Multiprofissional em Oncologia do INCA. 2- Assistente Social do INCA

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objeto as mudanças no modo de vida dos usuários transplantados de medula óssea e o desafio das políticas públicas para o atendimento das necessidades dos usuários do (CEMO/INCA). Tem como objetivo central promover estudo acerca dos limites e possibilidades das políticas públicas disponíveis para o atendimento das necessidades geradas aos Transplantados de Medula Óssea. Para isso, além de estudo bibliográfico e documental, também realizamos entrevistas com usuários selecionados que são atendidos pela equipe do CEMO e já realizaram o Transplante de medula Óssea (TMO). Com esta pesquisa procuramos: identificar e caracterizar os maiores impactos das mudanças no modo de vida sofridos pelos usuários após o transplante de medula óssea; analisar as principais necessidades sociais geradas após o tratamento de transplante, através do olhar especializado do assistente social, e apontar limites e possibilidades das políticas públicas para o atendimento às necessidades dos pós-transplantados de M.O atendidos pelo CEMO/INCA.

RESULTADOS

A realidade de oferta e efetividade das políticas públicas por parte do Estado tem se apresentado como possibilidades para a intervenção do serviço social neste contexto. Mas, na atualidade, neste cenário se revela muitos limites, trazendo-se um pressuposto a ser estudado de que não somente as políticas que compõem a seguridade social, como as diversas políticas públicas intersetoriais, não dão respostas a estas necessidades de forma integral e com equidade. Desta forma, impacta diretamente no trabalho do serviço social como profissional que debruça a sua atuação no projeto ético-político, e na intervenção através da mediação de estratégias que visem a garantia do acesso dos usuários aos direitos sociais. Este, não somente através da execução das políticas públicas, como através de numa prática pensada, reflexiva, em conformidade com a realidade dos usuários dos serviços.

A tendência que tem se apresentada para atendimento das demandas dos usuários pós-transplantados no CEMO/INCA, diante do panorama atual dos limites das políticas públicas sociais, tem sido os recursos de Instituições Filantrópicas, entre outras, procuradas pelos mesmos e encaminhadas pelo próprio profissional de serviço social. Isso nos remete, enquanto profissionais comprometidos com o Projeto Ético Político Profissional a um questionamento e uma reflexão, a partir do momento em que intervimos numa demanda emergencial, pois a realidade do usuário tem sua particularidade imediata a ser atendida.

Não podemos deixar de mencionar aqui o caminho muitas vezes adotado para enfrentamento destes limites, que é o da judicialização, que evidencia a negação de direitos sociais, com a afirmação da ineficácia na gestão do investimento nesta área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, torna-se importante buscar a reflexão acerca da direção de nossa atuação dentro da Instituição, na direção da defesa dos interesses da classe trabalhadora, na tentativa de realizar a mediação entre o atendimento das demandas com os recursos disponíveis dentro deste contexto atual e a trazendo, ao mesmo tempo, estas demandas da realidade, para a dimensão macro, na luta para a efetivação e ampliação dos direitos sociais, no esgotamento das possibilidades da política pública, e no comprometimento com a ampliação, elaboração, formulação de novas, para superação do ideário neoliberal vigente na sociabilidade burguesa em que estamos inseridos. Um dos principais instrumentos a ser utilizado pelo assistente neste sentido é a mobilização dos usuários através de ações de controle social.

Neste sentido se apresenta como um desafio ao profissional, acionar políticas públicas, que amparem o usuário e sua família em condições socioeconômicas favoráveis para início e continuidade do tratamento e de todo o processo saúde-doença. Para isto, é preciso garantir o princípio da integralidade da assistência ao usuário em sua totalidade, através da articulação com a rede intersetorial, buscando efetividade das ações que não devem estar desarticuladas, tendo em vista a complexidade da demanda apresenta e a ser enfrentada no âmbito da saúde.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BRASIL. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

CFESS. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. Resolução Nº 273 de 13 março de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

IAMAMOTO, M.V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional- 3ª edição – São Paulo. Editora Cortez, 2000.

MONTAÑO, C. Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª edição - São Paulo, editora Cortez, 2003.